

# Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

# 84- Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 31/05 a 4/06/2021):

1. DIMENSAO PARLAMENTAR DA PRESIDENCIA - COSAC	1
2. CERTIFICADO DIGITAL COVID - PORTAL ONLINE	3
3. PRESIDÊNCIA PORTUGUESA - DÉCADA DIGITAL E CABO ELLA LINK	3
4. COUNTRY BY COUNTRY REPORTING - ACORDO POLÍTICO	4
5. COMISSÃO EUROPEIA - FINANCIAMENTO DO NGEU	4
6. COMISSÕES DO PE	5
BUDG e CONT	5
CONT	5
7. COMISSÃO EUROPEIA   SEMESTRE EUROPEU - PRIMAVERA	5
8. COMISSÃO EUROPEIA - SCHENGEN	6
9. COMISSÃO EUROPEIA   E-ID - IDENTIDADE DIGITAL	6
10. EUROBARÓMETRO	7
11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Transportes	7
Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Telecomunicações	8
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8



# 1. DIMENSÃO PARLAMENTAR DA PRESIDÊNCIA - COSAC 1

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência portuguesa do Conselho da UE, teve lugar, nos dias 31 de maio e 1 de junho, a <u>LXV COSAC</u> (Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da UE), reunindo delegações de parlamentares dos Estados-Membros da UE e do Parlamento Europeu para debater temas da agenda europeia. Para saber mais sobre <u>O que é a COSAC?</u>, bem como sobre a <u>agenda desta reunião</u>, foram disponibilizadas infografias explicativas.

Os <u>trabalhos</u> foram dirigidos pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Luís Capoulas Santos, abordarando os seguintes temas nos dois dias de reunião:

A Presidência Portuguesa do Conselho da UE, com a participação do Primeiro-Ministro de Portugal e Presidente em exercício do Conselho da UE, António Costa, contando também com a participação da Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, e do Vice-Presidente da Comissão Europeia, Margaritis Schinas, tendo os parlamentares focado a estratégia de vacinação e os programas de recuperação económica e social da União Europeia, assim como a posição da UE no mundo e questões relativas às migrações e liberdade de circulação.



- a Europa Social que modelo para a tripla transição económica, digital e climática?, tendo participado no debate o Comissário Europeu para o Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmit, e o Secretário de Estado da Segurança Social de Portugal, Gabriel Bastos, em torno da discussão da tripla transição económica, digital e climática, com enfoque na Cimeira Social do Porto e o no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a sua implementação e relação com a recuperação económica e social da Europa, bem como a situação dos jovens neste contexto. Destaca-se ainda a participação dos parceiros sociais (Confederação Europeia dos Sindicatos e Business Europe) e do Fórum Europeu para a Juventude neste debate.
- a Implementação dos Planos nacionais de recuperação e resiliência o envolvimento dos Parlamentos, contando com a perspetiva tripartida da Comissão Europeia, através do Comissário Paolo Gentiloni, do Parlamento Europeu, com intervenção da Vice-Presidente Roberta Metsola, e dos Parlamentos nacionais, com a presença do Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento da Eslovénia, Marko Pogacnik. A discussão centrou-se essencialmente na participação dos Parlamentos nacionais na elaboração dos planos e no futuro acompanhamento e escrutínio da sua execução, assim como na importância das reformas, a sua implementação e o seu foco nas dimensões digital e ecológica, assim como a importância dos recursos próprios.

<sup>1</sup> Síntese elaborada com o apoio da equipa da Comissão de Assuntos Europeus da AR, a quem se deve um agradecimento pelo excelente trabalho na preparação desta Conferência. Fotos AR-PPUE.

1





a Conferência sobre o Futuro da Europa – estado da arte, os co-Presidentes Guy Verhofstadt, Deputado ao PE, e a Comissária Europeia Dubravka Šuica, referiram-se à organização da Conferência e aos passos tomados até ao momento, nomeadamente no que se refere à composição do plenário, grupos de trabalho e painéis de cidadãos. A Secretária de Estado dos Assuntos Europeus de Portugal e também co-Presidente desta Conferência, Ana Paula Zacarias, deixou uma mensagem de vídeo sobre o trabalho já desenvolvido e o futuro desta Conferência. Os deputados destacaram a importância de realizar uma Conferência de e para os cidadãos, colocando-os no centro das discussões e do diálogo, bem como de alcançar resultados concretos com base nas conclusões dos debates a realizar, tanto a nível nacional como a nível europeu. A sessão foi moderada pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da AR e Presidente em exercício da COSAC, Deputado Luís Capoulas Santos, e pelo Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais do PE, Antonio Tajani.



A reunião foi encerrada pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa O registo vídeo desta Conferência está disponível aqui, bem como as intervenções proferidas.





## 2. CERTIFICADO DIGITAL COVID - PORTAL ONLINE

No âmbito do desenvolvimento do certificado digital COVID da UE, entrou esta semana em funcionamento o sistema técnico a nível da UE, que permite verificar os certificados de uma forma segura e que protege a confidencialidade dos dados, concluindo-se assim a fase preparatória do projeto. Este sistema consiste num portal que permite verificar as assinaturas digitais integradas nos códigos QR de todos os certificados, provando a sua autenticidade. Os dados pessoais não são, durante o processo de verificação, transmitidos ou conservados.

Alguns Estados-Membros testaram já o portal e, embora o regulamento só entre em vigor a 1 de julho, os Estados que tenham concluído os testes técnicos e estejam preparados para emitir e verificar certificados podem começar já a **utilizar o sistema numa base voluntária**, de que são exemplo a Bulgária, Chéquia, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Croácia e Polónia.

## 3. PRESIDÊNCIA PORTUGUESA - DÉCADA DIGITAL E CABO ELLA LINK

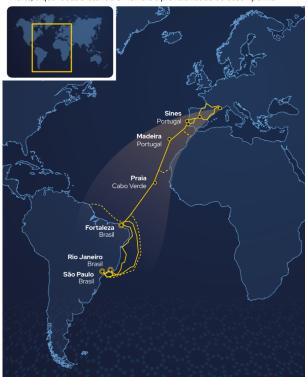
Nos dias 1 e 2 de junho, a Comissão Europeia e a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia acolheram a <u>Assembleia Digital que, este ano, será dedicada à Década Digital da Europa</u>. Este evento de alto nível centrar-se-á nos objetivos da UE para 2030 para a <u>Década Digital e no Programa Europa Digital</u>

Neste âmbito, destacamos dois aspetos concretos:

- a apresentação da Declaração de Lisboa - Democracia digital com um propósito, que é o "pontapé de saída" para uma futura carta de direitos fundamentais na era digital. Declaração obteve Esta concordância dos 27 Estados-Membros e afirma compromisso com o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais nas dimensões das novas tecnologias, dos fluxos de dados, dos produtos e serviços digitais e da utilização de dados pessoais, no contexto de uma transição digital pode aprofundar desigualdades existentes.
- a inauguração do <u>Cabo Submarino</u> <u>EllaLink</u>

# ELLALINK

O EllaLink é um sistema de cabos submarinos com 6000 km que liga diretamente a Europa à América Latina. Trata-se da primeira ligação direta por fibra de alta capacidade entre os dois continentes, sem passar pela América do Norte, o que reduz a latência e melhora a previsibilidade de desempenho.



Este projeto é cofinanciado pela UE através do programa BELLA (Building Europe Link to Latin America) e não beneficiará apenas o mercado das telecomunicações, mas também as comunidades científicas e educacionais em ambos os continentes, através das suas respetivas redes académicas. Irá também abrir caminho à cooperação nas áreas da computação de alto desempenho e da recolha de dados de observação da Terra.

Fontes: EllaLink website, Comissão Europeia



©Presidência Portuguesa do Conselho da UE 2021



## *4. COUNTRY BY COUNTRY REPORTING -* ACORDO POLÍTICO

O Conselho, representado pela Presidência portuguesa, e o PE, chegaram esta semana a um <u>acordo</u> político provisório sobre a proposta de diretiva respeitante à divulgação de informações relativas ao <u>imposto sobre o rendimento por determinadas empresas e sucursais</u>, habitualmente designada por Diretiva Divulgação Pública de Informações por País (Diretiva CBCR).

Conforme referiu Pedro Siza Vieira, ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital de Portugal, "Crê-se que a elisão fiscal e o planeamento fiscal agressivo por parte das grandes empresas multinacionais privam os países da UE de mais de 50 mil milhões de euros de receitas por ano. Estas práticas são facilitadas pelo facto de as grandes empresas multinacionais não serem obrigadas a apresentar, por país, relatórios sobre o local onde obtêm os seus lucros e onde pagam os seus impostos na UE."

O texto acordado exige que as empresas multinacionais ou as empresas autónomas com um total de receitas consolidadas superior a **750 milhões de euros**, independentemente de estarem ou não sediadas na UE, **divulguem publicamente informações relativas ao imposto sobre o rendimento em cada Estado-Membro**, bem como em cada um dos países terceiros enumerados no anexo I das Conclusões do Conselho sobre a lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais.

## 5. COMISSÃO EUROPEIA - FINANCIAMENTO DO NGEU

Após a finalização do processo de ratificação relativo à <u>Decisão sobre os Recursos Próprios da União</u>, a Comissão Europeia pode planear o <u>início das operações de financiamento nos mercados</u> para angariar recursos ao abrigo do instrumento <u>NextGenerationEU</u>.

Recorde-se que, a 14 de abril, a Comissão anunciara a sua <u>estratégia de financiamento diversificada para o instrumento Next Generation EU.</u> No início de maio, a Comissão <u>anunciou</u> qual seria o fornecedor da sua plataforma de leilões e adotou igualmente a primeira <u>lista de membros da sua rede de corretores principais</u> (lista de 39 bancos que apoiarão a colocação eficaz das obrigações).

A partir de junho, a Comissão já pode recorrer ao mercado para financiar o plano de recuperação, sendo que, tendo em conta o volume, a frequência e a complexidade das operações de contração de empréstimos, a Comissão seguirá as melhores práticas utilizadas pelos grandes e frequentes emitentes e adotará uma estratégia de financiamento diversificada. Neste primeiro plano de financiamento nos mercados, a Comissão Europeia anunciou as suas estimativas de emissão em cerca de 80 mil milhões de euros de obrigações de longo prazo em 2021, a serem complementadas por dezenas de milhares de milhões de euros de títulos de curto prazo da UE para cobrir as restantes necessidades.

A Comissão concluirá agora os preparativos para a <u>primeira emissão de obrigações</u> NextGenerationEU, prevista para **fins de junho**. Para financiar o instrumento NextGenerationEU, a Comissão Europeia, em nome da UE, contrairá empréstimos nos mercados de capitais no valor de até **750 mil milhões de euros a preços de 2018** ou de cerca de 800 mil milhões de euros a preços correntes. Tal corresponderá à contração de empréstimos no valor aproximado de 150 mil milhões de euros por ano, em média, entre meados de 2021 e 2026, o que fará da UE um dos maiores emitentes em euros. Disponibilizamos, ainda, informação adicional sobre o <u>primeiro plano de financiamento da Comissão (perguntas e respostas)</u> e sobre a <u>UE como mutuário</u>.



## 6. COMISSÕES DO PE

#### **BUDG e CONT**

Numa reunião conjunta das comissões parlamentares do orçamento e do controlo orçamental, os Deputados debateram a proteção do orçamento da UE contra as violações do estado de direito com Gert Jan Koopman, Diretor-Geral do Orçamento da Comissão Europeia. Koopman sublinhou a natureza sensível das potenciais avaliações da Comissão no que se refere ao Estado de direito nos Estados-Membros: "As decisões tomadas serão sujeitas a um controlo jurisdicional completo pelo Tribunal de Justiça [Europeu] ... Precisamos de fazer isto bem desde o início. Não nos podemos dar ao luxo de cometer erros e apresentar casos que são anulados pelo Tribunal. Isso será um desastre." A Comissão Europeia está a preparar orientações que explicam o modo como a lei será aplicada e a Comissão irá consultar o Parlamento relativamente a estas orientações durante a primeira quinzena de junho. O PE emitirá um parecer sobre as orientações num relatório que deverá ser votado em plenário no mês de julho.

A <u>legislação</u> adotada no final de 2020 <u>condicionou o acesso aos fundos da UE ao respeito do Estado de direito</u>. Se a Comissão constatar que um país está em situação de incumprimento e que os interesses financeiros da UE são ameaçados, poderá propor que os pagamentos do orçamento da UE a esse Estado-Membro sejam cortados ou congelados. A <u>Hungria</u> e a <u>Polónia</u> apresentaram recursos perante o Tribunal de Justiça Europeu para exigir a anulação do regulamento. Na <u>cimeira europeia de 10 a 11 de dezembro de 2020</u>, os líderes da UE acordaram em que a Comissão deve elaborar orientações para a aplicação das regras que deverão ser finalizadas após a decisão do Tribunal de Justiça. No entanto, o Parlamento insiste em que as regras estão em vigor e que a Comissão tem o <u>dever legal</u> de defender os interesses e os valores da UE. Será apresentada uma <u>resolução sobre esta matéria</u> no Plenário do PE da próxima semana.

#### **CONT**

O Parlamento Europeu divulgou um <u>estudo</u> (elaborado a pedido da Comissão de Controlo Orçamental) sobre a **análise dos 50 maiores beneficiários da Política Agrícola Comum (PAC) e dos Fundos de Coesão na UE**. Foram analisados mais de 12 milhões de beneficiários da PAC, entre 2018 e 2019, e cerca de 600 mil beneficiários dos fundos de coesão entre 2014 e 2020.

Essencialmente, e embora não seja possível afirmá-lo indubitavelmente, o estudo conclui que as pessoas singulares são os principais beneficiários directos e finais da PAC. Por sua vez, os cerca de 600 000 beneficiários dos fundos de coesão consistem principalmente em sociedades de responsabilidade limitada em termos de número de beneficiários directos, enquanto as pessoas singulares formaram o principal tipo de beneficiários finais. Em termos de fundos recebidos, o maior grupo engloba a administração pública e entidades do sector público, que recebem cerca de três quartos dos fundos. O estudo apresenta ainda recomendações para superar a fragmentação e desafios na identificação dos beneficiários finais dos fundos, como seja a criação de uma base de dados comum que englobe os projetos financiados a nível da UE, tendo já sido iniciado um projeto piloto nesse sentido.

## 7. COMISSÃO EUROPEIA | SEMESTRE EUROPEU - PRIMAVERA

A Comissão Europeia <u>apresentou</u> no início da semana o <u>pacote da primavera do Semestre Europeu</u>, fornecendo orientações orçamentais que visam ajudar os Estados-Membros a consolidar a sua recuperação económica, utilizando da melhor forma possível o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR). De acordo com as <u>previsões económicas da primavera de 2021</u>, a cláusula de derrogação de âmbito geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento continuará a ser aplicada



em 2022, prevendo-se que apenas seja desativada em 2023. A política orçamental deverá continuar a apoiar a economia em 2021 e 2022, devendo os Estados-Membros tirar o máximo partido do financiamento disponível a título do MRR. A Comissão adotou ainda um relatório a título do artigo 126.º, n.º 3, sobre o cumprimento dos critérios relativos ao défice e à dívida previstos no Tratado, cujo objetivo é analisar o cumprimento pelos Estados-Membros dos critérios relativos ao défice e à dívida, sugerindo que o critério é cumprido apenas pela Bulgária, Dinamarca e Suécia mas não considerando necessário sujeitar os restantes Estados ao procedimento relativo a défices excessivos (exceto no caso da Roménia).

A Comissão identificou ainda **vulnerabilidades macroeconómicas relacionadas com desequilíbrios e desequilíbrios excessivos** em 12 Estados-Membros selecionados para avaliações aprofundadas no Relatório de 2021 sobre o Mecanismo de Alerta, e nos quais se insere Portugal.

A Comissão adotou também **relatórios de supervisão**, destacando-se nos relatórios pós-programa o referente a <u>Portugal</u>, bem como atualizou as **Orientações para o Emprego**, de outubro de 2020, por forma a integrar a dimensão de sustentabilidade ambiental e dimensão digital para atenuar o impacto da crise a nível social e de emprego. A Comissão propõe reconduzir estas orientações para 2021, sublinhando os objetivos do **Pilar Europeu dos Direitos Sociais e as orientações estratégicas resultantes da Cimeira Social do Porto**. A seção de perguntas e respostas elaborada pela Comissão Europeia sobre o tema pode ser encontrada <u>aqui</u>.

# 8. COMISSÃO EUROPEIA - SCHENGEN

A Comissão Europeia <u>apresentou</u> também esta semana uma nova <u>estratégia para tornar o espaço Schengen mais forte e resiliente.</u> Como maior espaço de livre circulação (de pessoas, bens e serviços) do mundo, o espaço Schengen é fundamental para a recuperação da crise pandémica, fazendo a Comissão um balanço dos desafios enfrentados por este espaço e como manter os seus benefícios, sendo necessária uma ação comum a nível da UE.

A nova estratégia visa:

- Assegurar uma gestão eficaz das fronteiras externas da UE, através do lançamento do corpo permanente da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, sistemas de informação interoperáveis, digitalização dos pedidos de visto e documentos de viagem, bem como adoção rápida da proposta do Novo Pacto de Migração e Asilo;
- Reforçar o espaço Schengen a nível interno, com destaque para iniciativas como o Código de Cooperação Policial da UE e atualização do quadro <u>Prüm;</u>
- **Melhorar a preparação e governação**, através da revisão do mecanismo de avaliação e monitorização, assim como revisão do Código das Fronteiras Schengen;
- Alargar o espaço Schengen.

Neste sentido, a Comissão apresentou ainda uma <u>proposta de revisão do mecanismo de avaliação e de monitorização de Schengen</u>, por forma a acelerar o processo de avaliação, prever maior ênfase política nas avaliações de Schengen e monitorizar de forma reforçada o respeito pelos direitos fundamentais.

## 9. COMISSÃO EUROPEIA | E-ID - IDENTIDADE DIGITAL

A Comissão Europeia apresentou uma proposta de um quadro europeu para a identidade digital, que estará disponível para todos os cidadãos, residentes e empresas da UE. O novo regulamento prevê que os cidadãos e empresas possam utilizar carteiras digitais que permitem estabelecer ligações entre as suas identidades digitais nacionais e elementos comprovativos de outros atributos



**pessoais** (carta de condução, diplomas, conta bancária), evitando a partilha desnecessária dos seus dados pessoais.

A identidade digital europeia:

- Estará disponível para todos os que a queiram utilizar;
- Poderá ser amplamente utilizada;
- Permitirá aos utilizadores controlarem os seus dados.

A Comissão definirá agora com os Estados-Membros e com o setor privado os aspetos técnicos inerentes à identidade digital europeia e, através do Programa Europa Digital, a Comissão prestará apoio à execução do quadro europeu para a identidade digital, tendo muitos Estados-Membros previsto projetos com vista à integração de soluções de administração pública em linha, incluindo a identidade digital europeia, nos respetivos planos nacionais no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

A seção de perguntas e respostas preparada pela Comissão Europeia complementa esta informação.

## 10. EUROBARÓMETRO

Foi publicado esta semana o Eurobarómetro de Primavera 2021 do Parlamento Europeu, realizado entre 16 de março e 12 de abril de 2021 e disponível aqui. Salienta-se que os europeus estão conscientes dos esforços da União Europeia para combater a pandemia da COVID-19: oito em cada dez europeus já ouviram, viram ou leram sobre medidas ou ações iniciadas pela UE em resposta à pandemia - e quase metade (48%) sabe quais são as medidas. No entanto, apenas 48% dos europeus dizem estar satisfeitos com as medidas, enquanto 50% não estão satisfeitos. Pelo contrário, em Portugal, a maioria (53%) está satisfeita com as medidas, face a 47% dos portugueses insatisfeitos com a resposta europeia.

Quando questionados sobre as prioridades da UE na resposta à pandemia, os europeus e os portugueses identificam o acesso rápido a vacinas seguras e eficazes para todos os europeus como a mais importante (39% e 49%, respetivamente). A segunda prioridade para os portugueses é investir mais dinheiro na economia para uma recuperação sustentável e justa em todos os Estados-Membros da UE (43%). Segue-se estabelecer uma estratégia europeia para enfrentar uma crise semelhante no futuro (36%).

A nível europeu, os cidadãos querem que os Deputados ao PE coloquem a saúde pública como primeira prioridade (49% na média europeia, 38% em Portugal). Seguem-se a luta contra a pobreza e a exclusão social (39%), medidas para apoiar a economia e criar novos empregos (39%), bem como medidas contra as alterações climáticas (34% a nível europeu e 39% em Portugal).

Finalmente, 93% dos portugueses e 82% dos europeus concordam que a <u>Conferência sobre o Futuro da Europa</u> deve tratar prioritariamente a forma como a UE poderia lidar melhor com crises como a pandemia da COVID-19.

## 11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Transportes

Os ministros <u>reuniram</u> no dia 3 de junho e acordaram a sua posição sobre a proposta de revisão do quadro legal do <u>Céu Único Europeu e a reforma da gestão do tráfego aéreo</u>, bem como sobre as regras revistas relativas à <u>utilização de veículos de aluguer para o transporte de mercadorias</u> e sobre uma proposta que colmata uma lacuna na legislação e permite que os Estados-Membros continuem a



empregar nacionais de países terceiros no setor da navegação interior. Foram adotadas conclusões sobre «Impulsionar o transporte ferroviário para a vanguarda da mobilidade sustentável e inteligente» e sobre sobre a Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente. A Presidência informou os ministros sobre o ponto de situação da proposta relativa à diretiva Eurovinheta e a próxima presidência eslovena apresentou o seu programa de trabalho.

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Telecomunicações

A reunião do dia seguinte focou-se essencialmente no debate sobre os progressos do **Regulamento Governação de Dados**, no ponto de situação sobre a diretiva relativa a medidas para um elevado nível comum de cibersegurança em toda a UE (**Diretiva SRI revista** ou SRI 2). Teve ainda lugar um debate de orientação sobre «**Orientações para a digitalização até 2030: como traçar o caminho rumo ao futuro digital da UE?**» e foram prestadas informações sobre o Regulamento Privacidade Eletrónica, Regulamento Itinerância, Assembleia Digital 2021, Regulamento Inteligência Artificial, Regulamento sobre identidade digital europeia e o conjunto de instrumentos comuns da União para a conectividade. A delegação eslovena apresentou o programa de trabalho da próxima Presidência.

## 11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

## Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à sessão plenária do PE, sendo de destacar<sup>2</sup>:

- Aprovação do <u>Certificado Digital Covid da UE</u>
- Debate sobre reação da UE ao desvio de um voo da Ryanair pela Bielorrússia
- Debate após a <u>Cimeira do Porto</u>
- Resolução sobre <u>suspensão de patentes das vacinas contra a COVID-19</u>
- Resolução sobre Estado de direito e o orçamento da UE
- Reforçar de segurança contra ameaças no ciberespaço Novas fontes de receitas para a EU: eurodeputados questionam Comissão Europeia

De acordo com o plano acordado para a introdução dos novos recursos próprios, a Comissão Europeia deve propor três novas fontes de receitas da UE até junho.

Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>8 de junho</u>, destacando-se a apresentação do projeto de orçamento da UE para 2022.

## Conselho da União Europeia

A Presidência portuguesa disponibiliza o calendário de eventos, destacando-se:

- 07.06: Conselho (Justiça e Assuntos Internos), 7-8 de junho de 2021
- 10.06: Conselho (Ambiente)
- 11.06: Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia

Bruxelas | 04 de junho de 2021

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

e <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Secretariado da COSAC, e apoio da Equipa da Comissão de Assuntos Europeus

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Fonte: Serviço de Imprensa do PE.